

Rio espera recorrer menos a operações de crédito neste ano

por George Vidor
do Rio

A arrecadação de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) no Estado do Rio de Janeiro cresceu em maio 32% em termos reais — ou 250% nominais, sobre a posição de maio do ano passado — e o comportamento do primeiro decêndio de junho, com recolhimentos feitos pela indústria, indica que o desempenho deste mês também será muito favorável, segundo o superintendente de Tributos da Secretaria Estadual da Fazenda, Oswaldo Farias.

Em termos acumulados no ano, a arrecadação de ICM no Rio de Janeiro aumentou 292% nominais o 27,9% reais (descontada a inflação). Apesar deste bom comportamento, o estado não pensa, por enquanto, em alterar o seu orçamento, mesmo porque as despesas foram programadas com base em uma expansão da receita que já vinha ocorrendo antes do Plano Cruzado, explica César Maia, assessor econômico do governo estadual para a área de finanças.

Maia lembra que o alto crescimento do ICM se vem sustentando desde outubro do ano passado, quando as taxas já atingiram a faixa de 25% reais. Na análise dos números de hoje, ele acha que devem ser destacados três aspectos: primeiro, o de que o recolhimento é feito de uma forma defasada e, portanto, a receita atual corresponde a operações realizadas há 45 ou 60 dias. Com uma inflação decrescente, esta defasagem acaba tendo um efeito estatístico muito forte; segundo, porque o comércio passou um bom período desestocando, ou seja, apenas vendendo e não comprando. Como o cálculo de ICM é feito pelo sistema de débito e crédito (quando a loja compra, ela se credita, e quando vende, se debita), nesta fase de desestocagem o comércio só tem pago ICM, pois o imposto é apurado pela diferença entre o total dos débitos e o total dos créditos; o terceiro aspecto é o do crescimento efetivo da demanda de bens e serviços em toda a economia.

"ORÇAMENTOS INCHADOS"

Depois do Plano Cruzado, o orçamento do estado também foi ajustado



César Maia

usando-se o mesmo redutor de 30% aplicado pelo governo federal. Assim, em vez da inflação estimada de 300%, passou-se a trabalhar com uma previsão de 200% em doze meses. Em 1985, a execução orçamentária do Rio de Janeiro resultou em gastos de aproximadamente Cr\$ 11 trilhões, e para este ano as despesas totais estão orçadas no equivalente a 36 trilhões dos cruzeiros antigos. Ou seja, uma variação de 200%, o que se enquadra perfeitamente, segundo César Maia, na inflação média, que foi de 195% até maio e deve ficar em 190% até junho.

O orçamento já tinha sido suficientemente "inchado", para atender às peculiaridades do ano eleitoral e, por isso, de acordo com o assessor econômico do governo estadual, não será necessária uma revisão para compatibilizá-lo com o alto crescimento do ICM. "A execução orçamentária vai melhorar porque o estado iria usar mais receitas orgânicas e recorrer menos a operações de crédito", diz.

Na verdade, esta redução de operações de crédito irá dar-se de qualquer maneira, já que o governo federal estabeleceu que os estados em 1986 somente poderão "rolar" 75% de seu endividamento em títulos, devendo resgatar pelo menos 25% do que deverá vencer durante o ano. Mas se tudo correr bem, na revisão orçamentária, que tradicionalmente é feita no segundo semestre, explica Oswaldo Farias, da Secretaria Estadual da Fazenda, o governador Leonel Brizola poderá contar com algum excesso de arrecadação para investir em seus últimos meses de mandato.